



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | | |
|--|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 0941/12 | DATA: 26/06/2012 |
| INÍCIO: 19h11min | TÉRMINO: 21h16min | DURAÇÃO: 02h04min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h04min | PÁGINAS: 51 | QUARTOS: 25 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate acerca do Plano Nacional de Educação.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
A reunião não se iniciou nem se encerrou formalmente.



(Tumulto. Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pelo visto, com essa simbiose que se deu aqui dentro, eu acho que nós vamos dispensar a votação. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

Está reiniciada a sessão.

Antes de ler o requerimento da Professora Dorinha acerca da votação nominal, eu queria retomar no ponto em que paramos. O entendimento de saída da sessão foi de que nós votaríamos o destaque do Deputado Paulo Rubem Santiago. É isso?

(Não identificado) - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - E os outros não seriam votados.

(Não identificado) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - *O caput*, ok. Os outros todos...

Nós temos um. Nós vamos abrir mão dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, antes de colocar em votação, eu vou ler o destaque que está colocado e vou perguntar ao autor se o retira. Eu vou limpar o texto, para deixá-lo sozinho.

Então, o primeiro. Bancada do PDT. Destaque nº 2, Meta 20, substituir redação. Esse é o texto que prevalece?

(Não identificado) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, nós vamos ao voto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Podia ler, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vou lê-lo.

É o texto de bancada encaminhado pelo Deputado Paulo Rubem Santiago.

“Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.”



Esse é o texto que foi fruto de convergência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deixa eu concluir, deixa eu trabalhar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero um esclarecimento do Deputado Paulo Rubem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nós vamos chegar lá.

Destaque 36. Bancada do PSDB. Meta 20: substituir redação.

Esse texto está subtraído?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nós retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - *Caput. (Pausa.)* Está subtraído. Está retirado.

Destaque 80. Emenda de bancada do DEM. Meta 20: substituir redação.

Com a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, eu entendo que a proposta da emenda teria uma razoabilidade, uma vez que minha proposta era 1% a cada 2 anos. Então, teríamos uma gradatividade, ao final do decênio, chegando a 10%. Mas, em virtude do consenso e da importância de chegarmos a um acordo de votação, eu retiro a Emenda 80. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu só queria dizer, Deputada Dorinha, que nós não estamos buscando um consenso. Nós estamos buscando a convergência dos diferentes.

Destaque de bancada 116. Bancada do PCdoB. Substituir redação. Meta 20, *caput.*

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Deputado Lelo, primeiramente quero agradecer a V.Exa a elegância com que tem tratado os estudantes brasileiros, aqui representados. *(Palmas.)* Eu, há poucos momentos, disse que hoje é um dos poucos dias em que eu me orgulho de estar aqui. De fato, é um momento muito importante de confluência de interesses em torno da educação. Esta é uma Comissão de dedicados Deputados à causa educacional, independentemente da origem, do partido.



Há aqui pessoas que têm responsabilidade com a educação. Vejo a grandeza da Deputado Dorinha com relação aos seus pontos de vista, ao escalonamento muito bem intencionado que fez para se chegar aos 10%.

No entanto, buscamos uma solução que contemplasse os diversos partidos e opiniões, por isso o PCdoB retira o seu destaque que era oferecido a muitas mãos, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pela UNE, pela CNTE, pela FASUBRA e demais entidades que participaram desse processo.

Então, retiro em favor do destaque do Deputado Paulo Rubem Santiago, apresentado em nome do PDT. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Izalci, há duas emendas à Meta 20 de autoria de V.Exa. Por serem individuais, elas ficam naquele critério de retirada, conforme anteriormente manifestado?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, Sr. Presidente, em função da possibilidade de votarmos ainda hoje os 10%, eu retiro as duas emendas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Resta-nos, portanto, o texto de *caput*, a emenda assinada pelo Deputado Paulo Rubem Santiago. A seguir, há mais quatro emendas que se referem a estratégias da Meta 20, que serão votadas individualmente.

O Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria, fazer um esclarecimento antes da nossa votação, já retirados todos os outros destaque, ficando apenas o do PDT, do Deputado Paulo Rubem Santiago.

O PSOL apresentou um substitutivo global, no qual nós apresentávamos 10% do PIB já, ou seja, no prazo de 1 ano deveríamos chegar a isso. Achávamos essa proposta mais positiva para eliminar rapidamente o passivo educacional brasileiro. Eu acho que nós temos um imenso déficit educacional em matéria de qualidade de ensino, expansão do ensino em todos os níveis, modalidades e assim por diante.

Mas, na proposta que ficou, do Deputado Paulo Rubem Santiago, há uma única dúvida, que eu peço a S.Exa. para esclarecer. Ela é a proposta possível, a que se chegou aqui, de 7% nos primeiros 5 anos e 10% no fim do decênio, mas eu quero ter certeza de que estou votando 10% do PIB para educação pública. Essa é a questão. (*Muito bem! Palmas.*)



Por que eu estou colocando isso? Porque, ao longo de todo o processo aqui, nós vimos discutindo com o Relator, e o próprio MEC foi criando um conceito de investimento direto e investimento total. Então, eu só quero ter certeza de que esses 10% do PIB são 10% de investimento direto, só verba pública para o ensino público.

Embora o texto do Deputado Paulo Rubem Santiago fale em gasto público e em educação pública, ele não usa o termo “direto”. Eu tenho receio de que aí esteja o investimento total, mas eu quero ter certeza disso. O Deputado Gilmar Machado, que é meu “desafeto” — entre aspas — amigo, fala: “É a mesma coisa, é o total”. Então, eu quero ter certeza de que nós estamos votando gasto público, investimento público direto, eu quero saber se o Paulo Rubem também tem certeza de que estamos votando isso.

Se o Deputado Gilmar Machado tem dúvidas e acha que é 9,4 o que nós estamos votando aqui, que ele também coloque agora, para esclarecermos neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Paulo Rubem, antes de V.Exa. responder, eu só queria dizer que, das duas perguntas feitas pelo Deputado Ivan, uma já está respondida no texto, sobre investimento público na educação pública.

A outra questão, sobre direto ou total, fica para V.Exa. responder.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Relator, Deputado Angelo Vanhoni, em primeiro lugar, eu quero agradecer a construção coletiva, que expressa não só o entendimento dos Deputados e Deputadas, mas, como sempre deve fazer o Parlamento, expressa a nossa sensibilidade, aquilo que a sociedade nos traz e trouxe de forma muito competente, com a mobilização, com a voz, com a pesquisa, com a produção acadêmica, com aquilo de que o Brasil precisa cada mais se orgulhar, que é a sua soberania, a sua autonomia, a capacidade de construir o seu futuro.

Em muitas reuniões e muitas vezes, eu me referi aos nossos grandes baluartes da educação. Hoje quero me referir a alguém que não é conhecido como baluarte da educação, quero me referir ao grande economista Celso Furtado, que sempre defendeu a soberania (*palmas*) e a autonomia do País em defesa da sua própria determinação.



Eu quero, portanto, Sr. Presidente, esclarecer ao companheiro Ivan Valente, meu dileto companheiro militante — temos mais de 35 anos de militância conjunta em defesa da educação —, que, ao inscrevermos esse destaque de bancada pelo PDT, assegurando, por duas vezes, as expressões “educação pública” e “investimento público”, nós estamos, na prática, consolidando o compromisso com o investimento direto.

Poderíamos recorrer ao *Aurélio*, poderíamos recorrer ao *Houaiss*, mas não há necessidade: quando nós afirmamos investimento em educação pública e investimento público, nós estamos assegurando que recursos do Orçamento, sejam do orçamento fiscal, sejam de outros fundos públicos, não serão destinados como subsídios a instituições privadas ou a instituições comunitárias sem fins lucrativos. (*Palmas.*)

Eu quero, portanto, Sr. Presidente, dizer que nós temos convicção — como disse, há pouco, à *TV Câmara* —, com relação ao imenso desafio que nos traz aqui, de que nós vamos dar um passo gigantesco olhando para o futuro, que será o passo seguinte: a construção, na próxima década, do Plano Nacional de Educação, o comprometimento das suas metas, a fiscalização rigorosa dos valores.

A nossa vigilância — nós Deputados que nos desdobramos aqui, na Comissão Mista de Orçamento, na Comissão de Finanças e Tributação e na área macroeconômica — é para que não haja qualquer tipo de retrocesso. O Brasil não pode continuar seguindo como vimos em alguns momentos, como um País que trata com dois pesos e duas medidas: ora desonera a base tributária para agradar a indústria, mas argumenta que não há capacidade fiscal de investimentos em educação.

Então, eu quero esclarecer ao Deputado Ivan Valente, sobretudo pela confiança que tenho em S.Exa., na seriedade da sua história e no seu mandato, que nós assumimos o compromisso de apresentar esse destaque com vínculos expressos e exclusivos em educação pública e investimento público. Esse é o propósito dessa emenda. Eu fico muito feliz por ela ter sido acolhida por consenso e convergência, sob a regência de V.Exa., Sr. Presidente.

Um grande abraço e muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ainda restam dúvidas?
(Pausa.)

Declaro prejudicado o requerimento da Deputada Dorinha acerca do Destaque nº 80, pela sua retirada. Só para formalidade.

Vamos ao nosso voto.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

(Não identificado) - Tem que dar a palavra ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Desculpa, é que todo mundo está tão convergente que eu estava achando que nem era preciso conversar mais e que se poderia ir direto ao voto. (Risos.)

Pois bem. Para fazer o encaminhamento formal por 5 minutos, usa da palavra o autor, que já o fez; o autor do destaque, que também já o fez; e agora o nosso Relator por mais 5 minutos. Em seguida será feito o encaminhamento partidário de votação, sendo 1 minuto para cada Liderança de partido.

Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Srs. Deputados; estudantes da União Nacional dos Estudantes e da minha querida UBES aqui presentes; professores; diversas entidades que estão aqui; Cleuza, Presidente da UNDIME; companheiros da CNTE; assessores da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado que estão aqui, hoje está fazendo quase 1 ano e 5 meses que esta Comissão vem se debruçando sobre o Plano Nacional de Educação.

De fato, quando eu comecei a estudar o Plano Nacional de Educação juntamente com os senhores, há questão de 1 ano e 4 meses, eu não tinha a dimensão dos problemas da educação brasileira. Para mim foi uma surpresa saber do tamanho dos problemas que nós temos.

Nós percorremos 18 Estados da Nação; conversamos com todo mundo; conversamos com todos os setores educacionais; fizemos diversas audiências públicas. Mas é estarrecedor saber que há 11 milhões de crianças de zero a 3 anos fora de qualquer creche no Brasil. Também foi estarrecedor saber que nós temos hoje quase 50 milhões de crianças e jovens no sistema educacional brasileiro — no ensino fundamental, no ensino básico, na universidade —, quase a população da França inteira, sendo que, nesta população, há problemas de aprendizagem e de



qualidade do ensino que, diversas vezes, evidenciamos e debatemos ao longo desse 1 ano e 4 meses.

O Brasil tem uma dívida enorme para com a educação. A educação sempre foi tratada pelo Estado brasileiro como um direito da elite. O exemplo está aqui, no ensino superior, que tem 34 milhões de jovens entre 17 a 24 anos de idade, sendo apenas 1 milhão e 200 jovens no ensino público federal ou estadual — apenas 1 milhão e 200. Hoje são 6 milhões e 500 jovens frequentando alguma formação profissional de nível superior. O Estado tem uma dívida para com a juventude brasileira, o Brasil tem uma dívida, pois organizou as universidades para uma pequena elite.

Mais cruel ainda é no ensino médio, que não foi dotado de estratégia de meta para enfrentar o problema da evasão. O jovem brasileiro de 15 anos de idade que entra no ensino médio não sabe para que aquela educação vai servir na sua vida. Não há sentido para ele, pois é uma escola distante do seu mundo, distante da contemporaneidade, que não dialoga com a cultura, não dialoga com os valores que estão correndo no inconsciente coletivo da sociedade. Parece que ela vira as costas para o jovem e sequer o prepara para profissionalização.

Isso é fruto, muitas vezes, de uma política errada do Ministério de Educação, que não soube compreender a necessidade que a juventude tem de se ocupar no mundo do trabalho, já aos 17 anos de idade, e de perseguir uma formação de nível superior, se o desejar, com o Estado criando condições para que o ensino público de nível superior lhe possa ser ofertado.

De todos os problemas que eu vi, um dos mais graves, do qual eu assisti a vários debates e vocês vão continuar assistindo. Há gente que todo dia vai à televisão, no *Jornal da Globo*, e diz o seguinte: “*O PISA da Finlândia e o PISA da Alemanha, com 5% do PIB, é muito superior ao PISA do Brasil, aos níveis de suficiência do Brasil*”. (Palmas.) Mas esse mesmo repórter ou esse mesmo especialista não diz que as condições culturais e sociais do povo alemão são diversas, são infinitamente diferentes das condições do povo brasileiro. Ele não afirma que um professor na Alemanha ou na França ganha, no mínimo, 2.500 euros, que é o piso salarial dos professores naqueles países e dá 6 mil reais no nosso País. Isso reflete diretamente na qualidade de educação do nosso País.



Se nós queremos fazer com que esta seja uma Nação que garanta felicidade, que garanta direitos para a maioria da população, que garanta soberania e autonomia individual... Quando falamos em educação, está em jogo a autonomia do indivíduo, que só pode ser alcançada se o indivíduo puder usar plenamente a razão — e a razão articulada com todo o arcabouço emocional que nós temos.

No nosso País, são negados para a maioria dos filhos dos trabalhadores uma educação de qualidade e o conhecimento para que ele possa se constituir enquanto cidadão autônomo, possa exercer a sua inteligência, possa olhar para o mundo, possa decidir, possa interferir no mundo e possa usar da sua capacidade para suprir a sua existência individual. Eu só posso ter autonomia quando tenho condições de suprir a minha existência individual, mas só posso suprir a minha existência individual se tiver trabalho. E, para que eu tenha um trabalho qualificado, é preciso haver um sistema educacional qualificado, que distribui educação gratuita de boa qualidade para todos os trabalhadores. (*Palmas.*)

Eu já vou concluir. Quero falar da responsabilidade que os senhores me deram, para relatar um projeto dessa envergadura. Eu, no início, não me senti à altura, mas, dedicado como sou em função dos desafios que tenho pela vida, procurei me informar e conhecer todos os problemas com profundidade. Persegui, com muita força e com muito denodo, construir um Plano Nacional de Educação que pensasse desde o nascimento da criança até a formação em nível de doutorado; um Plano que não deixasse nenhuma criança fora da escola — mas uma escola diferente. O Plano deveria absorver ideias, estratégias e metas para fazer com que a escola fosse uma escola viva, que transformasse as crianças e cumprisse o papel social transformador que a educação deve ter no nosso Brasil (*palmas*), fazendo com que ele se torne um outro País.

Persegui isso porque o Governo mandou um texto com os 7%, que, na nossa visão, não correspondiam às necessidades do País. Também a análise de onde alocar os recursos não corresponde, na nossa opinião, com a necessidade. Então, com muita tranquilidade, nós ousamos, no bom sentido, divergir da orientação do Governo, do Ministério da Educação, ao mudar algumas metas e estratégias no Plano Nacional de Educação, em especial no que diz respeito à alocação de



recursos. O Governo mandou uma proposta de 7% do PIB, que, em relação aos 5,1% que gastamos hoje, acrescenta quase 50% ao longo dos próximos 10 anos.

Eu conheço os problemas brasileiros. O Brasil está sendo reconstruído, está sendo governado de maneira popular, está sendo governado com distribuição de renda. O Governo está procurando emancipar o povo com políticas sociais que apontam para esse caminho, e está tentando transformar o Brasil num País melhor para todos nós.

Mas, no primeiro momento, os 7% nos pareceram inviáveis para garantir a ousadia de se enfrentarem os problemas da educação. No ano passado, insistimos junto ao Governo e abrimos com ele um diálogo que não foi fácil, porque a área financeira e o País passam por um momento de reconstrução. Vocês estão assistindo ao que está acontecendo no mundo, que a Europa poderá ficar em crise nos próximos anos, o que poderá repercutir de forma danosa em nosso desenvolvimento.

Avançamos, no final do ano passado, para 7,5%, que sugerimos ao Governo onde distribuir, procurando apontar duas estratégias: valorizar o Magistério, que é a principal estratégia para se construir qualidade na educação; e fazer com que as crianças permaneçam maior tempo na sala de aula.

Na Europa, todos nós sabemos, as crianças entram às 7h30min, 8 horas da manhã e saem às 5 horas da tarde. No Brasil, dos 25 milhões estudantes do ensino fundamental, apenas 1 milhão e 200 mil têm educação integral. Então, nós propusemos uma educação integral — com jornada dobrada e com recursos para os professores e para as escolas — para 11 milhões de crianças nessa primeira etapa. (Palmas.)

Neste ano, estamos no debate sobre a necessidade de mudança do índice para financiar os desafios da educação. Agora recentemente, nós apontamos uma proposta que, no meu entendimento, poderá resolver os principais problemas estruturais da educação: neste primeiro momento, o texto comportaria 8% de investimento direto na educação; e, na parada de 4 anos, quando formos rever o Plano Nacional, porque assim prevê a lei, se for preciso — e sabemos que poderemos precisar —, chegaremos a 10%



Tenho um compromisso com aquilo que acredito, com aquilo que acho que podemos realizar tanto do ponto de vista da ousadia quanto do ponto de vista da realidade. Sinceramente, eu tenho muitas dúvidas a respeito dos 10%, as quais já expressei diversas vezes, nos debates com o Deputado Ivan Valente, com o Deputado Paulo Rubem Santiago, com o Deputado Rogério Marinho e com os demais Deputados..

Será muito difícil realizarmos os 10% nos próximos 10 anos. Os 10% são hoje — e é justo que sejam, é legítimo que sejam — muito mais uma bandeira política da sociedade brasileira em função dos problemas da educação em nosso País, do que propriamente um índice que possa realmente dar conta dos problemas da educação brasileira que queremos resolver nos próximos 10 anos.

Quero dizer, Srs. Deputados, que fiquei com uma dúvida durante todo o período deste debate, principalmente nestes últimos dias, porque eu sei que hoje, majoritariamente, se não por unanimidade, os 10% serão votados e aprovados por esta Comissão. (*Palmas.*)

Nesse sentido, deixando público o meu entendimento, quero dizer aos senhores que, se nós aprovarmos o índice de 8%, com a garantia de que os recursos do pré-sal possam subsidiar a possibilidade de se chegar a 10% a partir do quarto ano de vigência — proposta que consolidamos na reunião passada —, vou declinar desta redação do texto e acompanhar, por unanimidade, a Comissão de Educação. (*Palmas.*) (*Manifestação na plateia. Eu quero 10% para transformar a educação!*)

Então, senhores, para concluir e podermos passar à votação, eu espero que esse texto vá ao Senado. Com relação ao trabalho que fizemos, com as metas e estratégias, sei que, neste último período, há ansiedade e angústia, porque estamos trabalhando nesse texto há muito tempo. O Deputado Ivan Valente, sempre afobado, querendo votar os 10%; o Paulo Rubem também; a Meta 20.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O Ivan sempre foi afobado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu sei por que o financiamento é importante. Nós fizemos uma mudança na Constituição em 2009, garantindo que o Plano Nacional de Educação necessariamente tenha que ter a referência do índice a ser aplicado no financiamento.



Então, Srs. Deputados, vamos à votação. Esperamos que esse texto vá ao Senado e volte logo à Câmara, para que a Presidenta Dilma possa sancioná-lo. (Palmas.) *(Manifestação na plateia. É o momento, é o momento de aprovar os 10%)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Continuando a votação, eu queria, em primeiro lugar, dizer que não contei o tempo em homenagem ao Vanhoni. (Palmas.)

Alguns trabalhos que fazemos aqui são anônimos. As pessoas só veem a fotografia final, e nem sempre essa fotografia final é o desejo das pessoas. Na maioria das vezes, não se reconhece o trabalho anônimo realizado.

Eu tenho um grande carinho por todos os Deputados e Deputadas com que convivo. Muitos que trabalham aqui talvez tivessem a mesma ou maior desenvoltura do que o Vanhoni. Não conhecemos a capacidade integral de todos, mas, neste momento, eu queria dizer a vocês que tenho um orgulho muito grande por estar concluindo este trabalho tendo o Deputado Vanhoni na condição de Relator. (Palmas.) *(Manifestação na plateia. Vanhoni, amigo, o estudante está contigo!)*

Vanhoni não é apenas um político qualificado, não é apenas uma pessoa de cultura multifuncional, mas é, especialmente, uma figura humana a quem dedico — não vou dizer paixão, porque não cabe neste espaço (risos) — um carinho fraternal, carinho de um irmão, por termos convivido intimamente no trabalho, ao longo deste ano. (Palmas.) Ele só precisa saber que tem de me garantir o vinho e o charuto depois dessa. (Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu fui citado várias vezes pelo Relator, meu amigo Angelo Vanhoni, com quem militei por mais de 25 anos, no PT.

Primeiramente, quero elogiar o trabalho do Deputado, o seu esforço, todo esse giro que fez pelo Brasil e toda a sua dedicação ao texto. Certamente ele tem vínculos governamentais, mas eu sempre lhe disse que poderia ter entrado para a história mais rapidamente. (Risos.) Ele desistiu.

Por isso eu acho que devemos ser todos afobados e votar agora os 10% do PIB. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Lelo Coimbra) - Eu sei que todos vão votar na mesma direção. Poderíamos votar por aclamação, mas, regimentalmente, não posso fazer isso.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só como sugestão, Sr. Presidente, após a votação, nós poderíamos, pelo menos por 1 minuto, dar uma salva de palmas em homenagem aos 80 anos dos pioneiros da educação de 1932. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Lelo, aproveitando o que disse o Deputado Paulo Rubem, quero convidar todos e todas aqui, porque, no dia 10 de julho, terça-feira, às 10 horas da manhã, por iniciativa nossa — do Deputado Paulo Rubem Santiago, da Deputada Alice Portugal e de outros Parlamentares —, realizaremos sessão solene para homenagear os 80 anos do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Então, no dia 10, gostaríamos de contar com todas as entidades educacionais aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Deputado Lelo, V.Exa. acabou de fazer uma emocionante homenagem a esse grande educador, professor e político Angelo Vanhoni. Eu quero fazer, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura, uma homenagem a V.Exa.

V.Exa. enfrentou os momentos mais difíceis na condução desse processo. Todos sabem aqui que o processo de construção de consenso é naturalmente conflitivo e necessário, de avanços e recuos. Todos fomos capazes — com determinação e os olhos voltados para o futuro deste País, para o resgate da dívida e a construção da cidadania — de chegar a esse consenso. Mas isso demandou da Presidência da Comissão Especial toda sapiência e paciência e o espírito democrático que notabiliza V.Exa.

Eu quero pedir a todos os membros desta Comissão que possamos saudar a condução do trabalho de V.Exa. com uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Muito obrigado, Newton.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, de maneira muito rápida e singela, eu também gostaria de, em nome do PCdoB, parabenizar o Relator Angelo Vanhoni, esse guerreiro pela educação e pela cultura brasileira; V.Exa., a quem já manifestei aqui a minha extrema observação de agradecimento pela



elegância e pela forma como lidou com o movimento social nesta Casa; e a todos os Deputados que, de maneira suprapartidária, tomam essa posição.

Eu quero dizer que, além dos pioneiros, este movimento estudantil responde à imprensa brasileira, que duvida da sua vitalidade e da sua capacidade de interagir.

(Manifestação na plateia. Aqui está presente o movimento estudantil! Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil!)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Ele não sumiu. Há 20 anos, fizeram o *impeachment* de um Presidente que o povo não queria (*Palmas. Manifestação na plateia.*) Neste momento, escreve conosco e através de nós, que somos apenas o reflexo das ruas. Nós efetivamente escrevemos, junto com ele, uma história que se assemelha a um grito de independência, porque investir em educação é, sem dúvida, fazer com que o Brasil avance para ser mais do que um exportador de *commodities*; que o Brasil avance para não importar *tablets*, antenas, satélites, dentre outras questões que nos levam a ser um País ainda com uma impressão lamentável de País subdesenvolvido e que não avança do ponto de vista tecnológico.

Eu quero agradecer e dizer que estou profundamente emocionada em dar, sem dúvida, um viva à independência do Brasil rumo à educação de qualidade com 10% do PIB. (*Manifestação na plateia*)

O SR. PRESIDENTE (Lelo Coimbra) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu também quero saudar V.Exa. pelo trabalho, o Relator também, mas eu não poderia deixar de dividir esse momento com os 284 Deputados que assinaram o recurso, porque caso não aprovássemos os 10% já teríamos coletado 284 assinaturas para o plenário.

Eu quero dividir essa vitória com todos eles e acho que todos eles, num momento difícil, em que o Governo avançou até 7,5%, esses Deputados, inclusive vários da base da Governo, tiveram a coragem, a ousadia de assinar esse recurso. Então eu quero dividir com eles este momento importante para a educação brasileira. (*Palmas.*)



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, eu quero, também rapidamente, na condição de coordenadora da bancada do PT aqui na Educação, primeiro saudar V.Exa. e o Deputado Vanhoni pelo empenho, pela dedicação.

Eu caminhei muito com o Vanhoni por esse Brasil afora, lado a lado com os movimentos sociais, com a UNE, com a UBES, com a Campanha, com UNDIME, com a CNTE e vários outras entidades, mas essas foram as que estiveram mais presentes no cotidiano desse desafio que era exatamente aprovar um Plano Nacional de Educação que fosse fiel às aspirações, aos desejos e aos sonhos do povo brasileiro.

E eu quero neste momento, Vanhoni, saudá-lo em nome de toda a bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive ressaltar o seu gesto generoso de neste momento encampar também a luta pelos 10% do PIB para a educação ao realmente constatar que este é o sentimento da sociedade brasileira aqui manifestado pelos movimentos sociais.

Deputado Lelo, também quero saudar o seu papel, como disse o Deputado Newton, no momento mais difícil, que foi o de preparar a votação.

E, por fim, quero falar da minha alegria, porque, na verdade, nós vamos concluir a aprovação do Plano Nacional de Educação aqui na Câmara, que resgata simplesmente o que a sociedade brasileira pensa e defende para a educação brasileira nos próximos 10 anos.

Por que eu digo isso? Porque o plano que nós vamos aprovar logo mais traz exatamente as propostas aprovadas na Conferência Nacional de Educação, tendo exatamente a bandeira dos 10% do PIB para a educação. (*Palmas.*) Deputado Lelo, eu acho que está aqui uma demonstração.

Eu quero concluir dizendo para aqueles que acham que lutar não vale a pena, para aqueles que não acreditam na força da sociedade civil organizada, mobilizada, que está aqui a resposta: os movimentos sociais hoje dão mais uma lição de cidadania. (*Manifestação nas galerias.*)

Valeu, viu cara, valeu o sonho e valeu a luta. (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Eu prometo que vou ser breve, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro em relação ao movimento estudantil.



Eu quero parabenizar o Vanhoni. Eu fui testemunha realmente do seu empenho, parabéns. Parabéns ao nosso Presidente. Quero lembrar rapidamente um pouco da história do movimento estudantil. A primeira manifestação estudantil que ocorreu no nosso País foi em meados do século XVII, quando algumas centenas de estudantes armados de punhais e poucas armas de fogo impediram a invasão francesa na cidade do Rio de Janeiro.

Depois disso, os estudantes tiveram uma grande e importante participação na Inconfidência Mineira, na Abolição da Escravatura, na Proclamação da República, contra a ditadura militar, que castrava todos os direitos civis do povo, torturando e matando todos aqueles que se colocavam contra o Governo. Na redemocratização do nosso País houve uma participação realmente muito firme dos estudantes pelo direito de votar para Presidente da República, pelo direito ao voto. No “Fora Collor” houve uma participação efetiva dos estudantes e, agora, mais uma vez, os estudantes fazem história nesta Casa e no nosso País. Os estudantes tiveram a participação efetiva para a conquista dos 10% do PIB para a educação no nosso País.

Parabéns a todo o movimento estudantil! (*Aplausos na plateia.*) Parabéns a todos os estudantes! Parabéns a todos os Deputados e Deputadas desta Casa e à assessoria da Comissão! De forma muito especial, Vanhoni, parabéns! Parabéns ao Presidente Lelo! Parabéns ao movimento estudantil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pessoal, nós estamos no hiato regimental que precisamos recuperar. Eu vou fazer o encaminhamento formal, aqueles que não falaram ainda usem a palavra no momento de encaminhar pelo seu partido. OK? E quem já falou não encaminha. Já considera encaminhado.

Quero informar que temos cinco votos para computar. Esse próximo e mais quatro.

Antes de fazer a orientação de bancada eu quero, em meu nome e em nome do Vanhoni, e tenho certeza de que em nome de todos os Deputados e Deputadas aqui, agradecer muito a todo o corpo profissional que nos acompanhou e nos acompanha, (*Palmas.*), que se fez presente nessas 40 reuniões. Eu quero fazê-lo de um modo geral na figura da Terezinha e, em nome dela, (*Palmas.*) deixar o meu abraço para todos vocês. (*Manifestação na plateia.*)



Como vota o PSOL? Já votou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - "Sim" ou "não"?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou votar "sim", mas eu queria passar a palavra por 1 minuto ao Deputado Chico Alencar, Líder da bancada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - "Sim", Presidente, menos de 1 minuto. O Deputado Ivan Valente representou muito bem as posições do PSOL, que entende que quanto mais recurso para a educação pública efetivamente melhor para o País, melhor para o nosso avanço.

Nós vamos ficar fiscalizando. Não basta aprovar as 20 metas. No Brasil, o papel aceita tudo, este é o País dos planos. Agora, quem conquista luta. Vamos ter uma conquista hoje, ainda insuficiente em muitos pontos, o déficit da educação pública continua gigantesco, mas a luta tem de continuar, para fazer o plano decenal descer do papel para a vida real. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Dez por cento do PIB para educação, homenageando a juventude brasileira. Vota "sim". (*Apupos na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco PV/PPS?

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que a Deputada Fátima usou a palavra certa: a generosidade e a seriedade de V.Exa. e do nosso Relator, que, desde o início, ampliou, agregou o tempo todo, com tranquilidade, as posições de todos.

Mas eu gostaria de fazer mais um registro. É uma solicitação que faço a todos companheiros. Ao longo das reuniões para discutir as questões de educação, por um momento, parecia que era uma posição de Oposição exigir os 10%. Por um instante, houve um equívoco nas posições, na visão de quem estava defendendo os 10% como se estivesse defendendo algo que seria inviável de se conseguir. Houve



diversas tentativas de dizer que era um sonho, uma utopia, de que se nós quiséssemos algo concreto deveríamos nos conformar com aquela taxa mínima.

No entanto, acho que houve uma grande evolução. E a generosidade hoje dos partidos de Oposição e dos partidos da base governista em uma só voz consagraram uma vitória que não é de Oposição e que não é de Governo. É uma vitória do País, do povo brasileiro e, principalmente, uma vitória da democracia e uma vitória do Brasil.

O PPS e o PV votam pelos 10%. (*Apupos na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu acabei de dizer ao Daniel, da UNE, e ao Daniel, da Campanha, que há 43 anos eu assumi a presidência de um grêmio estudantil em uma escola estadual no Rio de Janeiro, o Ginásio Estadual Mário da Veiga Cabral. Depois fui dirigente sindical da educação, depois dirigente do movimento docente com o Newton Lima Neto, e quero dizer que hoje talvez seja o dia mais feliz da minha vida como militante político da educação.

O PDT vota “sim”. (*Aplausos na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o PR?

O SR. DEPUTADO IZALCI - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o Democratas?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Relator pelo seu esforço, a V.Exa. em razão do seu trabalho de Presidente e os demais Deputados.

Na verdade, a gente vem numa grande luta aqui para garantir uma posição. Eu sempre brinco com o nosso Relator dizendo que ele é mais Ministro da Fazenda do que o Mantega quando repete que os 7,5% seriam suficientes.

Mas eu quero fortalecer muito a presença constante dos movimentos, da UNDIME, dos Secretários de Educação do Brasil inteiro, que vêm acompanhando várias reuniões, ajudando-nos, empoderando-nos, dando-nos força para mantermos uma posição. E hoje não é por acaso e nem de maneira fácil que nós estamos em um consenso, construído sobretudo com o apoio forte das entidades.



Quero parabenizar o Daniel Cara, da Campanha, que nos subsidiou com materiais, com elementos. A presença da UNE. O movimento estudantil hoje foi extremamente fortalecedor e empoderador (*Aplausos na plateia.*)

Eu quero lembrar que uma fase do processo foi vencida, mas nós deveremos permanecer vigilantes, porque o desafio deste País de construir uma educação pública de qualidade permanece.

A garantia dos 10% do PIB não é uma discussão de fachada. Nós precisamos mesmo, Relator, de mais dinheiro para a educação pública do nosso País. Um País desigual, um País em que as regiões têm atendimento diferenciado, em que os Municípios têm nas suas costas a maior responsabilidade e o menor volume de recursos.

“Sim” pelos 10% do PIB. (*Aplausos na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu não poderia deixar de registrar que acho extremamente importante, já o fiz outras vezes, mas nunca é demais, o trabalho muito bem conduzido por V.Exa. e o excepcional resultado apresentado pelo nosso Relator Vanhoni, inclusive fazendo um fecho aqui e anuindo com a vontade da maioria, que é a vontade de toda a população brasileira que está aqui representada pelos movimentos sociais.

Agora, é importante dizer, fazendo coro com o que a Dorinha disse anteriormente, que essa é uma primeira etapa. E, aí, eu chamo a atenção dos meus pares, Deputados Federais, da sociedade civil organizada que aqui está presente. Lembrem-se: vamos votar os 10%, vai para o Senado da República, se houver alguma alteração voltará para a Câmara, pelo menos é assim que funciona, a Câmara como Casa Revisora, e o mais importante: de quem será a responsabilidade, dos entes federados, por esse aumento de recursos? Hoje Estados e Municípios são responsáveis por 80% dos recursos públicos aplicados na educação, e o Governo Federal, apesar de arrecadar 64%, 65%, aplica apenas 20%.

Então, é necessário urgentemente continuarmos o trabalho de mobilização para pressionar o Governo a fim de haver uma lei complementar que regulamente essa situação e faça a mediação entre os entes federados, para saber de quem é a



responsabilidade pelo aumento desse recurso que vai ser recebido pela educação brasileira.

No mais, quero parabenizar a todos e, especialmente, à sociedade civil organizada, Paulo Rubem, que está aqui presente e que certamente não vai deixar cair a bandeira nem esmorecer.

Dez por cento para a educação! (*Aplausos na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Sr. Presidente, o PMDB, usando o mesmo processo do IDEB, vai dar nota 10 para o nosso Relator Vanhoni, nota 10 para a Presidência da Comissão e nota 10 para todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. E dando nota 10, 10% do PIB para a educação. (*Aplausos na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, em ...

(*Manifestação na plateia.*)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, em sintonia com as resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Educação e também com as resoluções aprovadas no último Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, encaminho, em nome da bancada do PT, o voto “sim” pelos 10% do PIB para a educação. (*Palmas. Manifestação na plateia.*)

Sr. Presidente, ao reafirmar os 10% do PIB, quero dizer que valeu o sonho, valeu a luta e valeu a vitória da educação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com todas essas manifestações, quero pedir três manifestações extrarregimentalmente. Uma em razão do desempenho, do carinho e da responsabilidade do Deputado Eduardo Barbosa com a Meta nº 4. Peço ao Deputado Gabriel Chalita e à Deputada Teresa Surita que também façam suas manifestações antes desta votação.

Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Pares, eu ouvi a fala emocionada de todos os nossos colegas e lembrava quando esta Casa e vários membros da Comissão de Educação lutaram para a



instalação desta Comissão Especial. De início, não se pensava em criá-la, porque esse projeto deveria tramitar apenas na Comissão Permanente de Educação.

No entanto, um grupo de Parlamentares, juntamente com o Deputado Gastão Vieira, hoje Ministro, fez a defesa veemente em favor da Comissão Especial, não só para dar visibilidade à discussão do PNE pelo Brasil, mas para termos um local adequado para se aprofundar, debater e discutir todas as metas, fazendo com que o Plano Nacional de Educação pudesse ser construído através de um esforço coletivo, junto com a sociedade. E esta Comissão Especial, depois assumida pelo Deputado Lelo Coimbra, fez com que aquele compromisso que assumimos, ao instalá-la, cumprisse seu papel com excelência.

Então, é com alegria que vemos o nosso Plano Nacional de Educação não só difundido e divulgado, ele foi além daqueles que atuam na educação. Hoje é assumido pela sociedade como uma bandeira a ser implantada nesses 10 anos, para aprimorar a qualidade na educação.

Nosso agradecimento especial ao Deputado Lelo Coimbra e sobretudo ao Deputado Angelo Vanhoni. Eu já tive a oportunidade de compartilhar com S.Exa., em outros momentos, a sua grandeza de Relator, que, de forma serena, paciente e consciente, entendeu que este plano era para todos. Então, o nosso agradecimento.

Fico muito feliz de poder estar aqui junto com o movimento estudantil fazendo com que o Brasil entenda que é a vez da educação definitivamente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Gabriel Chalita.

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., o Deputado Angelo Vanhoni, as Deputadas e os Deputados, os estudantes e os professores que estão aqui. (*Palmas.*)

Este é um momento de muita alegria para quem acredita na educação. Nós, que gostamos deste País, nós, que amamos este Brasil, hoje ficamos felizes quando o mundo nos olha como uma grande potência econômica. O Brasil hoje é a sexta potência econômica mundial. Ao mesmo tempo, temos uma dívida muito grande com o nosso povo por não termos uma educação de qualidade, como ele merece.



Os estudantes citaram Paulo Freire, que tinha uma reflexão profunda com relação à riqueza e a justiça. Um país só é rico de fato quando é justo, quando dá uma educação de qualidade para seus filhos, porque é a educação que dá essa autonomia e faz com que pessoas pobres e ricas tenham as mesmas condições de desenvolvimento.

Hoje, para nós que somos Deputados, para nós que somos professores, para nós que somos apaixonados pela educação, é um dia de muito orgulho e de muita satisfação ver aqui os movimentos populares. Quanto mais a sociedade participa, melhor o Congresso vota.

Então, parabéns aos estudantes, parabéns aos Deputados, aos professores, parabéns à educação. (*Palmas. Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Agradecemos à Deputada Teresa Surita o carinho e a solidariedade com que trabalhou, especialmente no momento em que houve a transição da Presidência desta Comissão do Deputado Gastão para este Deputado, o carinho com que ela lidou com esse tema e a construção que ela ajudou a fazer, aceitando sua permanência na Vice-Presidência e permitindo que nós pudéssemos fazer esse ajuste e que a minha presença aqui se materializasse à frente desta Comissão.

A V.Exa., Teresa, o meu gesto de fraterno abraço. Está com V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Obrigada, Presidente.

Eu também quero parabenizar a Comissão e o querido Angelo, que fez sua primeira viagem a Boa Vista, onde fizemos um grande encontro, começando a discutir pelo extremo Norte a dificuldade da educação no País, inclusive podendo ver de muito perto o que a Deputada Dorinha expôs, que são as diferenças das regiões, em um País tão grande quanto o nosso.

Quero parabenizar também o Presidente Lelo Coimbra e dizer que foi brilhante a sua condução. Mas eu quero também parabenizar os Deputados, que se mantiveram firmes e lutaram nesse processo todo para que pudéssemos chegar aqui, neste momento, com essa situação.

Eu acho que foi um processo longo, mas foi um processo vitorioso. Eu não tenho dúvida de que o Brasil precisa dos 10% da educação. As diferenças são muito



grandes, a educação hoje para a primeira infância, creches e ensino fundamental está muito desassistida ainda.

Não é só construindo prédios que nós vamos ter uma educação de qualidade, mas sim com investimentos de fato, e a longo prazo. Quer dizer, eu espero realmente que tenhamos um resultado daqui a 10 anos, como todos, neste momento, estamos sonhando atingir.

Eu quero parabenizar muito a todos que participaram e dizer que foi uma experiência muito importante para mim. Na condição de Vice-Presidente desta Comissão aprendi muito e me orgulho muito de tudo que vivi aqui com vocês.

Muito obrigada Teresinha, Daniel. (*Palmas.*) Muito obrigada por tudo que pude conviver com vocês.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Presidente Lelo, Presidente Lelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Deputado Renan, aqui. À sua esquerda, ao fundo. Eu estou em uma fileira... Esta sessão está tão concorrida que eu estou sentado aqui ao lado da assessoria, com muito orgulho por esta sala estar lotada. Nós estamos aqui dividindo espaço com estudantes e com todos aqueles que trabalharam nesta reunião.

Quero pedir a V.Exa. que dispensasse a mim e ao Deputado Efraim, que já está ali ansioso, o mesmo tratamento dado ao Deputado Gabriel Chalita e à Deputada Teresa Surita, para que nós pudéssemos nos manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Continue falando. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Muito obrigado, Presidente Lelo. Eu não poderia aqui deixar de manifestar a minha felicidade por ter participado desta Comissão desde o início.

O Relator Angelo Vanhoni foi convidado por mim para participar de uma audiência pública, de um seminário em Alagoas, e não pôde estar presente, mas, com a sua forma educada e carinhosa de tratar a todos, me ligou, e esteve presente lá conosco o então Presidente desta Comissão, hoje Ministro do Turismo, Gastão Vieira.



Nós fizemos em Alagoas um amplo movimento. E hoje, eu não tenho a menor dúvida, a sociedade está reunida, acompanhando pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara*, pela Internet, o brilhantismo desta Comissão, que, atendendo ao anseio social de estudantes, de trabalhadores da educação, mas, sobretudo, do povo brasileiro, leva hoje 10% dos recursos deste País para a educação. Sem dúvida, esse será o marco inicial (*Palmas.*) para mudar a trajetória futura do nosso País.

Parabéns Angelo Vanhoni, parabéns Presidente Lelo, que dá continuidade à trajetória do Presidente Gastão.

Eu tive a oportunidade de, ainda no ano passado, ao lado de muitos estudantes, defender o acesso dos estudantes à meia entrada na Copa do Mundo quando presidia uma Comissão, como V.Exa. faz hoje. (*Palmas.*)

E é, sem dúvida, uma das maiores experiências para um Parlamentar presidir ou relatar uma Comissão desta magnitude, ao lado do anseio da sociedade. Portanto, viva o Parlamento brasileiro, e 10% do PIB à educação! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Efraim e, em seguida, votaremos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, o Brasil é a sexta economia do mundo, mas quando se fala em educação e nos índices e testes, beiramos o 100º lugar. Esse abismo tem de acabar, não pode permanecer. E o que estamos fazendo hoje aqui tem exatamente esse sentido, acabar com o abismo entre a potência econômica, que é o Brasil, e o conhecimento como patrimônio que precisamos adquirir.

Sr. Presidente, crescimento econômico sem investimento em educação não é desenvolvimento real, é uma onda que vem, faz espuma e passa. Por isso, esse momento de crescimento econômico precisa ser acompanhado, sim, com investimentos em educação, para termos o conhecimento como maior patrimônio desta Nação.

E como quem luta conquista, a próxima luta está aí e consiste em cobrar o compromisso do pagamento de 4% de reajuste aos professores, para acabar com a greve nas universidades e nos IFs, para as aulas voltarem. Vamos atrás disso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) – O Marchezan acaba de chegar, e nós queremos homenageá-lo ouvindo S.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não acabei de chegar, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Acabou de chegar, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Acabei de sentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Acabou de sentar. Desculpa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - (Risos.) Eu estava de pé.

Eu quero ser breve e fazer uma saudação muito especial a todos os Deputados integrantes desta Comissão, porque, desde o ano passado, foi um aprendizado extraordinário sob o aspecto financeiro, sob o aspecto pedagógico, sob o aspecto político de construção.

E quero fazer dois comentários, em nome de todos os Deputados aqui, na pessoa do nosso Relator Angelo Vanhoni: primeiro, quero dizer que V.Exa., colega nesse ano e pouco aqui, me deu vários sustos, porque o nosso relatório andou para lá, andou para cá, o que fez parte de um processo de construção.

E, segundo, quero parabenizá-lo pela forma como foi construído esse resultado, que, com certeza, não representa 100%, mas é um fruto bem perto daquilo que todos nós queremos.

Quero parabenizar o Relator, o Presidente e todos os meus colegas da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nós vamos apelidar o relatório de “Relatório Neymar”.

Bem, em votação...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não. Deputado, 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Eu só quero aqui deixar registrado que o Governo fez um esforço o tempo inteiro, e vai continuar fazendo, porque nós estamos votando aqui hoje, nós estamos fazendo... Terminamos uma etapa e vamos começar uma outra no Senado e, depois, devemos voltar para cá, mas quero deixar



registrado que o Ministro Fernando Haddad começou esse processo e o Ministro Mercadante o continuou. E registro que o Ministro Mercadante foi correto o tempo inteiro na negociação, nos ajudando a avançar no processo.

Quero aqui também deixar registrado que o Secretário de Política Econômica do Governo, o Secretário Márcio Holland, trabalhou junto ao Ministro Mantega para que nós pudéssemos ter avanços.

Então, esse processo de ir e vir do Governo faz parte exatamente do processo democrático. O Governo em nenhum momento se furtou a fazer o debate, a dialogar.

Então, eu quero cumprimentar V.Exa., que foi firme também nas cobranças ao nosso Relator e a todos os Parlamentares, e dizer que o Governo continua aberto ao diálogo, ao debate, até que nós tenhamos a votação final. Mas aqui, hoje, nós deixamos, então, o registro de que o Governo está orientando o voto nos 10%, e nós vamos continuar trabalhando no processo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Teremos, a seguir, quatro votações complementares.

Neste momento coloco em votação o texto que foi motivo de convergência desta Comissão e do Governo, que diz:

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio”

Aqueles que se forem favoráveis a esse texto acolhido verbalmente...

(*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Os que forem favoráveis a este texto acolhido politicamente pelo nosso Relator fiquem de pé e deem os pulinhos...

(*Manifestação dos convidados. Palmas. Pula, sai do chão, quem defende a educação!*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A sessão prossegue...

(*Manifestação dos convidados. Quem luta conquista!*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A sessão prossegue...

(Manifestação dos convidados. A UNE somos nós, nossa força e nossa voz!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Continuando a votação...

(Manifestação dos convidados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Continuando a votação, coloco em debate... Sobre a mesa o Requerimento de Destaque nº 157...

(É entoado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - E viva a democracia!

Vamos...

(Manifestação dos convidados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos continuar os nossos trabalhos.

Eu e o Angelo Vanhoni queremos registrar os nossos mais veementes protestos por termos ficado aqui, na mesa, sozinhos e dizer a vocês que vamos continuar as votações.

Sobre a mesa o Requerimento de Destaque, DVS nº 157, da bancada do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Este destaque não pode ser retirado. Refere-se à Estratégia 20.9 da Meta 20. O seu objetivo é a supressão da Estratégia 20.9.

Seu texto:

“Requeremos a V.Exa, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Estratégia 20.9 do substitutivo do Relator à Meta 20 do Plano Nacional de Educação, tendo em vista a discordância com o seguinte texto do referido dispositivo.”

Esse destaque pede para retirar este texto que eu vou ler:

“20.9) Regulamentar os arts. 23, parágrafo único, e 214 da Constituição Federal no prazo de 2 anos por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria educacional e a articulação do



Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais, regionais, com especial atenção às Regiões Norte e Nordeste do País.

E aí vem a justificativa, o porquê:

“Consideramos que o acréscimo previsto na Meta 20 em relação ao Produto Interno Bruto deve ser de responsabilidade do Governo Federal”.

Com a palavra o autor desse destaque, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Izalci.

Deputado Gilmar Machado, para uma questão de ordem, por favor.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Deputado Izalci, nós já tivemos uma conversa anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Izalci...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Izalci, quero fazer um apelo a V.Exa — nós já tivemos a grande mudança e vamos continuar avançando nesse processo — que V.Exa. retirasse esse destaque para que nós pudéssemos fazer o debate posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ele não pode ser retirado, regimentalmente. O que pode é ser acordada a sua...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Regimentalmente, não. Infelizmente, não pode. Mas podemos encontrar forma regimental de atender a essa questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, então, ele pode encaminhar para votar contrariamente. O autor pode encaminhar e votar contrariamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso. Izalci, com a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Izalci, com a palavra.

Por favor, que a adrenalina possa voltar ao seu nível normal!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, uma das preocupações do Plano Nacional de Educação é exatamente a de quem vai pagar essa conta. Se não estabelecermos, no Plano, de quem é a responsabilidade desse acréscimo do PIB, nós não teremos, voluntariamente, ninguém para assumir essa responsabilidade.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que os Municípios e os Estados, principalmente os Municípios, estão sem a mínima condição até mesmo de pagar o piso. Imaginem um acréscimo de 5% do PIB...

Então, o objetivo desse destaque era para que, no Plano, nós colocássemos que esse acréscimo ficaria sob a responsabilidade daquele que arrecada hoje 80% dos impostos e das contribuições, que é a União.

Da forma como está no projeto — sei do entusiasmo, Presidente, também é minha a felicidade de ter aprovado os 10% do PIB —, se não colocarmos claramente quem vai pagar isso, nós teremos dificuldades.

Então, o que peço aqui é que, na prática, no relatório aprovado... Há aqui o item 20.9 que estabelece 2 anos para se estabelecer esse mecanismo de compensação entre Estados e Municípios. Acho que 2 anos é muito tempo.

Poderemos até, na revisão, estabelecer de quem será a responsabilidade. Mas, neste momento, alguém tem que assumir isso.

E, neste momento, esta emenda apresentada por nós atribui ao Governo Federal a responsabilidade do acréscimo do PIB.

V.Exa. não pode colocar em votação a minha emenda, que coloca a responsabilidade do Governo Federal, se antes não aprovarmos a retirada desse dispositivo, de que leva 2 anos para a União e Estados entrarem em entendimento.

Acho que é prudente, para que o Plano seja, de fato, aplicado, que se estabeleça quem vai pagar a conta. Esse é o objetivo da emenda.

Eu peço o apoio dos nossos colegas para que possamos aprovar esse destaque para retirar esses 2 anos e aprovar a emenda estabelecendo que a



responsabilidade do acréscimo é da União, até, daqui a 4 anos, na revisão, sabermos exatamente quem vai pagar a conta.

Senão, vai acontecer o que aconteceu com o salário mínimo: 19 Estados não conseguem pagar o salário mínimo. E quem paga a conta? Aqui se está estabelecendo que é a União, que é aquela que arrecada 80% dos impostos.

Então, eu gostaria de pedir o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A manifestação de V.Exa. não contempla uma forma regimental de atender à solicitação do Deputado Gilmar Machado. É isso?

Então, vamos à manifestação do nosso Relator acerca da proposição apresentada, na forma de DVS, pelo Deputado Izalci, em nome da bancada.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Srs. Deputados, eu entendo a preocupação do Deputado Izalci com o destaque que faz, mas nós não podemos aceitar nem a retirada da Estratégia 20.9 e, já vou argumentar, que não podemos aceitar também a proposta de destaque que está querendo acrescentar uma determinação de que a União fique única e exclusivamente responsável pela aplicação dos 10%, mesmo que seja pelo acréscimo, que é de 5%.

A Constituição já prevê a responsabilidade hoje pelos entes da Federação do ensino fundamental e do ensino médio no nosso País, distribuindo as responsabilidades. Esse texto não está mudando a Constituição.

Por isso, uma cláusula, como a proposta pelo Deputado Izalci e também pelo Deputado Rogério Marinho, no nosso entendimento e no da assessoria, fere frontalmente a Constituição.

Se nós não queremos ter óbices do ponto de vista constitucional, a minha recomendação é de que mantenhamos a forma que está escrita hoje no relatório, mesmo porque nós estamos sendo muito bem claros, na Estratégia 20.10, dizendo o seguinte:

“Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ” — que são os instrumentos de financiamento da educação.



Então, o texto está montado diante de uma lógica. Se não queremos correr risco de constitucionalidade da peça que estamos aprovando, a minha recomendação para os Srs. Deputados é que mantenham o texto original, não o aceitando, em que pese o mérito da preocupação dos dois DD. Deputados, que estão preocupados com a execução do Plano Nacional de Educação do ponto de vista orçamentário e com a distribuição.

Todos nós achamos que a União deve corresponder a mais no custo pela educação do nosso País, mas não é dessa forma, nesse texto, que devemos consignar essa determinação para o cumprimento das metas.

Por isso, peço aos Srs. Deputados que acompanhem o texto original proposto pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em processo de votação.

Eu queria...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A Dorinha é a próxima.

Se o seu for aprovado, o dela fica prejudicado. Se não for aprovado, o dela entra...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.

Eu queria dizer que estamos em processo de votação para que os Líderes encaminhem.

Como esse é um destaque de votação em separado, nós estamos votando se o texto que está no relatório final deve ser retirado.

Quem for a favor de que o texto da Estratégia 20.9 transcrito pelo Relator não seja retirado, ou seja mantido no texto, permaneça como está. O.k.? Então, não, ainda não.

Para orientação de bancada.]

Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL vota na emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Na emenda do Deputado Izalci.

Como vota o PSD? (Pausa.)



Como vota o PMN? (Pausa.)

Como vota o PRB? (Pausa.)

Como vota o PCdoB? (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com o Relator.

Como vota o PSC? (Pausa.)

Como vota o PTB? (Pausa.)

Como vota o Bloco PV/PPS? (Pausa.)

Como vota o PDT? (Pausa.)

Como vota o PSB? (Pausa.)

Como vota o PR? (Pausa.)

Como vota o Democratas? (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu voto com a emenda do Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP? (Pausa.)

Como vota o PSDB? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - O PMDB vota com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - O PMDB vota com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pode?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Que seja mantido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Traiu o partido. (Risos.)

Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - O PT vota com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aqueles que são favoráveis à manutenção do que o Relator transcreveu como Estratégia 20.9 permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Deputados Marinho, Marchezan, Surita, Dorinha, Eduardo e Izalci. Ivan.



Esperem, deu *tilt*: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. (*Pausa*.)

Oito. (*Pausa*.)

Sete. (*Pausa*.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na dúvida, Sr. Presidente, vamos fazer a votação nominal, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos.

Só para esclarecer, nós estamos votando a manutenção ou não do texto do Relator, conforme a Estratégia 20.9 transcrita originalmente.

Para facilitar o voto, eu vou perguntar quem vota com a emenda do Deputado Izalci. Aí nós zeramos essa...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Eu não quero inviabilizar todo o trabalho que nós fizemos aqui hoje. Se for feito agora o processo de votação dessa forma, vai haver verificação, nós não vamos votar, nós vamos perder todo o trabalho, vamos ter que marcar para a outra semana. Então, eu quero tentar firmar um entendimento para sairmos daqui hoje com o processo encerrado. Senão, toda a festa feita aqui vai ficar prejudicada.

Então, eu queria fazer um apelo. Nós já fizemos hoje várias concessões, buscamos o entendimento naquilo que é central, mas eu quero deixar claro: o Governo fez um esforço enorme para poder exatamente buscar o acordo, o entendimento, mas nós não vamos concordar, no esvaziamento, com esta tentativa de imputar só ao Governo Federal toda a responsabilidade. Isso nós não vamos fazer.

Então, eu só quero deixar claro que, se se mantiver isso, o Governo não será responsável por nós não termos concluído o trabalho aqui hoje.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Quando iniciamos o processo de votação dos 10% do PIB, V.Exa. disse, por diversas vezes, que nós teríamos quatro ou cinco votações, se não me engano — quatro votações. Então, todos os Deputados que estavam aqui na votação dos 10% do PIB — todos eles, inclusive aqueles que nem são da Comissão — sabiam que



depois nós continuaríamos a votação com mais quatro itens. E não há como retirar. O próprio Regimento diz isso. Não há como retirar, temos que votar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, questão de ordem sobre o encaminhamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pela ordem, com a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu, particularmente, tenho uma emenda de bancada, a Emenda nº 79. A minha preocupação, ao construir essa emenda — e não foi ideia da Professora Dorinha, eu a recebi de diferentes entidades —, é tentar assegurar que a responsabilidade em todo o avanço do PIB seja distribuída entre os diferentes entes. Eu não coloco para a União, mas para Estados, Municípios e a própria União. Se nós não pudermos construir esse consenso aqui...

Eu acho que precisamos nos preocupar com a construção desse acordo para que, de novo, Estados e Municípios não paguem a conta. Até hoje, normalmente, a cada 1 real gasto, só 20 centavos são colocados pela União. Por isso a nossa preocupação: se for mantido o texto, ela nem vai a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, na verdade é um apelo ao Deputado Gilmar no que diz respeito ao encaminhamento dos trabalhos.

Não tenho dúvida. Chamo a atenção do Deputado Gilmar. Quando fiz aqui a nossa declaração de voto em relação aos 10%, eu deixei claro o seguinte: a preocupação que eu tenho — e eu acho que é de V.Exa., do Deputado Vanhoni, de todo o conjunto de Deputados e educadores que estiveram aqui, da sociedade civil organizada — no sentido de que essa lei precisa sair do papel, transformar-se em realidade.

Essa questão que o Deputado Izalci levanta, e a própria Deputada Professora Dorinha, é importante para balizar o processo, inclusive reconhecendo os argumentos que o Deputado Angelo Vanhoni coloca. Ou seja, de quem será a responsabilidade pelo acréscimo de recursos para a educação? Eu entendo que o Deputado Vanhoni coloca com muita responsabilidade que há o aspecto



constitucional, mas nós não vamos nos enganar: se não balizarmos o plano, não sinalizarmos dentro do plano, as coisas vão continuar como estão, isso vai ser procrastinado.

Então, faço um apelo ao Deputado Gilmar: que não peça verificação de *quorum*, porque claramente a votação ocorreu e houve oito votos favoráveis. Já passou, é matéria vencida.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, não é matéria vencida porque ele não tinha proclamado, e eu pedi.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Só falta proclamar, mas houve oito votos favoráveis.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Se ele proclamar, eu vou pedir verificação, e vai acabar. Então, nós vamos perder todo o trabalho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu lhe estou pedindo que não peça, estou apelando no sentido de que V.Exa. não peça.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Com isso nós não concordamos, Sr. Presidente. Nós já fomos ao limite e fizemos um esforço enorme, demos uma demonstração aqui hoje para ajudar, atendendo inclusive a uma demanda que não é... Nós a acolhemos, agora também não podemos aceitar além disso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, eu quero reconhecer aqui inclusive a declaração do Deputado Gilmar dizendo que vai votar os 10%, e a Presidenta não vai vetar. Eu achei importante isso do Líder do Governo. Agora, faço agora um apelo importante a V.Exa., Deputado Gilmar, no sentido de que não peça verificação de *quorum*, para não atrapalharmos o trabalho.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Com esses destaques nós não concordamos, Sr. Presidente. Nós, então, vamos pedir, regimentalmente, como fizemos o tempo todo. Tentamos construir, mas com a forma como está sendo colocado nós não podemos concordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós temos aqui duas emendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Quatro.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Três ou quatro emendas que tratam dessa temática que é a responsabilização dos entes federados.

Aqui há um problema. A Comissão aprovou uma proposta mais avançada do que estava previsto, de 7% e 10% — 7% em 5 anos, 10% do PIB em 10 anos. É óbvio que tem que aumentar a responsabilização da União. Não basta dizer “*Haverá lei complementar que...*” Nós temos que chegar a um novo acordo. Nós temos que chegar a um novo acordo, porque a União precisa — isto é natural, isto é unânime — assumir mais responsabilidade.

Agora, se a proposta do Deputado Izalci diz que o acréscimo previsto na Meta 20 deve ser responsabilidade do Governo e da União — a da Deputada Dorinha, que eu vi aqui agora, também —, 30% para a União, Estados e Municípios mais ou menos equilibrados, é outra proposta. Eu acho que nós temos que discutir isso. Isso é sério. Agora, que é preciso aumentar a responsabilidade da União e que isso precisa ser regulamentado... Não basta dizer: “*Vamos fazer uma lei complementar que...*” Isso é genérico demais, é enxugar gelo.

Então, eu proponho o seguinte: que continuemos as negociações nessa questão, porque nem há mais *quorum* qualificado aqui para votarmos as questões. Então, vamos discutir seriamente. Agora, eu não tenho nenhum problema em votar.

Quero dizer claramente ao Deputado Gilmar, à Deputada Fátima: não pensem sempre como Governo, porque isto é um plano decenal. O plano decenal, o próximo que entrar no Governo vai bancar. Há rodízio no poder. Entenderam? Então o negócio é o seguinte: vamos colocar que a União tem 50% mesmo, porque a União hoje é responsável por 67% da arrecadação de impostos, Deputado Vanhoni.

Então, o problema é o seguinte: há uma distorção enorme aí. A União está centralizando para pagar juros da dívida pública. Essa é uma velha discussão nossa. Se for para passar só isso, ficam os 10%, e isso vai acabar não tendo consequência. Precisa ter consequência.

Se nós não fechamos agora... É uma decisão de direito da bancada do Governo, do PT querer pedir a verificação. Acho que é correta. Não há problema nenhum. Não temos acúmulo para fechar essa discussão aqui agora, mas a responsabilidade da União precisa aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Fátima Bezerra.



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Ivan, veja bem: o relatório do Deputado Vanhoni dá conta dessa preocupação, porque o que está sendo aqui levantado é mais do que oportuno e real. É verdade, a União precisa aportar mais recursos para a educação. Todos nós concordamos integralmente com isso. E o Deputado Vanhoni cuidou dessa questão no seu relatório quando disse, na sua estratégia, Ivan, Izalci:

“Regulamentar os arts.23 (...) no prazo de dois anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios — não há nada genérico —, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às Regiões Norte e Nordeste do País.”

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Nós vamos ser muito... da União. É da União. Supletiva da União. Não está genérico, não. *“Das funções redistributiva e supletiva da União...”*.

Nós temos que deixar muito claro, Deputado Lelo. Nós não temos condições de proceder neste momento de forma diferente. Fazemos um apelo à Deputada Dorinha e a todos, ao PSDB, ao PSOL, ao Izalci, para que possamos concluir a aprovação do PNE nesta noite, depois de, nesta tarde memorável, termos avançado naquilo que havia de mais central e de mais desafiador, que era o percentual do PIB para a educação. Espero que possamos concluir nesta noite, tendo em vista o calendário, que está apertado. Isso ainda tem que ir para o Senado. Fica aqui o apelo: se os Parlamentares que estão aqui concordam com a aprovação das demais proposições do relatório do Deputado Vanhoni — Deputada Dorinha, esse é o apelo que estamos fazendo —, concluiríamos logo a votação do Plano Nacional de Educação.



Esse é o apelo que nós fazemos, Deputado Rogério, PSDB, Deputado Marchezan. Fazemos um apelo, Deputado Izalci, porque não temos como proceder de forma diferente. Para concluir hoje, o apelo é esse, para que possamos aprovar as proposições do Relator.

Fora disso, teremos que pedir verificação de *quorum*, e semana que vem praticamente teremos o recesso, Deputado Lelo. De repente, perderemos essa oportunidade muito importante de fechar a aprovação na Câmara antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois bem, com os encaminhamentos feitos, nós não temos outra alternativa. Ou aqueles que votaram a favor do DVS votam contra e nós prosseguimos as votações seguintes, ou a sessão, infelizmente, será suspensa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Pessoal, não vamos acabar com a festa.

Ivan Valente, muita serenidade. Não vá acabar com a festa. Muita calma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu nunca estive tão calmo.

Eu estou falando o seguinte: isso não tem consequência, colocar 10% do PIB e depois não dizer quem vai pagar a conta. Não adianta!

A lei complementar tem que ter um sinalizador do plano no sentido da responsabilização da União.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Quero fazer um apelo. Estou fazendo a proposta de que, na Meta 20.9, mantenha-se o texto do Relator e se aprove o destaque da bancada do PSDB, na Lei de Responsabilidade Educacional. Essa seria a proposta que eu queria fazer para o Relator, para tentarmos fazer o entendimento e concluir o trabalho no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - E aí os autores votariam...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Os autores votariam contra o destaque.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Votariam com o Relator.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero demarcar a posição do PSOL aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Acho que as emendas relativas à responsabilidade dos entes federados têm tudo a ver com o que votamos aqui. Não adianta colocar um texto genérico. Continuo achando que é genérico, porque função redistributiva e supletiva da União já existe hoje. O que é o FUNDEB senão isso? É óbvio.

O problema é definir, num plano decenal, qual a responsabilidade do ente federado. Todos sabem que os Municípios e Estados chegaram a determinado ponto, inclusive porque, pelo art. 212 da Constituição, vários Estados e Municípios já foram a 30% ou a 35% da arrecadação de impostos. E todos sabem que a União concentra a maioria dos impostos. Essa é a verdade. Há toda uma pressão pela redistribuição. Isso está baseado na brutal centralização da crise da dívida. De 67% a 70% vão para a União. Se não se estabelece uma percentagem, pelo menos na área da educação, de que estamos tratando... Nós não estamos definindo se a União não vai ficar com 67%. Agora, na área de educação, a responsabilidade da União precisa ser matizada, senão vamos ficar numa situação genérica, numa lei complementar que não vai decidir nada.

O Deputado Izalci colocou a metade, 50%. Nós podemos discutir isso. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende colocou uma outra percentagem de equilíbrio. Vamos abrir a discussão. Essa é uma questão séria demais para levar de qualquer jeito.

Desculpem-me, o PSOL não concorda com isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho e, depois, o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Faço apenas uma pergunta a V.Exa., que está na condução dos trabalhos. É possível ainda, regimentalmente, V.Exa. fazer alguma alteração no texto de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Não, só posso ou aceitar ou recusar.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - É oito ou oitenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Infelizmente é assim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nós temos três emendas que tratam exatamente dessa questão da responsabilidade dos entes federados: uma do Deputado Izalci, outra da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e uma terceira de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - São três. O Deputado Izalci propõe a retirada do texto, e depois se propõem duas responsabilizações: uma da Deputada Dorinha, que divide em 30/30/30, mais ou menos, e a do Deputado Izalci. E V.Exa. tem um destaque que fala da responsabilidade educacional.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - V.Exa. não tem, regimentalmente, nenhuma alternativa de se colocar, no texto, essa sinalização de que o Governo Federal, por arrecadar mais, terá uma responsabilidade maior nesse acréscimo que será feito entre os entes federados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Eu já coloquei isso, na estratégia 20.9, enfrentando todos os dissabores para consignar isso no texto, exatamente. Está muito explícito para todos. O Deputado Ivan Valente não leu o texto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Não, V.Exa. não leu o texto. Não, não leu o texto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa., na verdade, não quer responsabilizar a União, porque V.Exa. é governista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - V.Exa. não leu o texto. V.Exa. não leu o texto e não quer fazer acordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. acha que vai ficar no poder a vida toda. Vai ficar a vida toda no poder? Não vai ficar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - V.Exa. acha que fazer acordo aqui, que fazer um pequeno acordo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL vai ganhar a eleição para a Presidência daqui a dez anos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - O PSOL vai ganhar a Presidência, e nós vamos estar ajudando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E aí eu vou cuidar disso, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - É claro!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. acha que o PT vai ser eterno no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - V.Exa. vai ser o nosso Ministro da Educação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nada é eterno, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Desculpem-me a brincadeira.

Deputado Paulo Rubem Santiago, só vou ler o texto, porque o Deputado Ivan Valente não o leu.

“Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.”

Ora, os 10% de aplicação do Plano Nacional de Educação estão centrados — e não sei se todos sabem o que votaram — na consolidação do CAQ, que é um instrumento de financiamento. É o que quer o Paulo, o Cara, o Marcelino, todos. Isso está no plano. Nós não votamos os 10% aleatórios. Votamos os 10% no custo qualidade aluno, que vale para creche, para o Ensino Fundamental, para todos os níveis e modalidades. Ora, estamos colocando com muita clareza, mais do que está no FUNDEB — e o fizemos ao arrepio, confrontando muitas vezes as determinações da área fazendária.

Agora, nós não vamos aceitar o que está sendo discutido nesses destaques, a responsabilização de 5% de todo o acréscimo por parte da União. Isso é inconstitucional. A bancada do Governo não tem condições de aceitar isso. E eu sou o Relator, acompanhei as negociações para conformar esse texto.



O Deputado Gilmar Machado está com toda a razão. Se prevalecer esse entendimento, nós vamos ter que deixar para um outro momento decidir o conjunto do texto. A não ser que tenha *quorum* para os senhores o aprovarem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci e passo a Presidência para o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presidente Lelo Coimbra, em seguida eu gostaria de contribuir com essa matéria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só quero fazer mais uma observação, principalmente com relação à questão do piso, em que foi também estabelecido dessa forma. Contudo, na hora de repassar para Estados e Municípios, as exigências são tantas, que isso não acontece. O pacto federativo está nesta Casa para ser discutido aqui há anos e anos, e não se chega a uma conclusão.

Tenho que marcar posição, até porque sou autor do DVS, mas vejo que é um ponto importantíssimo. Nós temos que começar a dar responsabilidades. Não adianta ficarmos aprovando leis que depois não serão executadas, como é o caso, se não se definir claramente quem paga a conta, se realmente a União não suporta isso. Mas hoje suporta, porque a arrecadação é toda dela, mas quando se for discutir, daqui a quatro anos, a revisão — ou daqui a dois anos, para quando está proposta uma nova lei de compensações — do pacto federativo, então se faz uma nova definição. Mas, no plano, nós temos que sair daqui sabendo se a aplicação, nos próximos dez anos, será de 10% e de quem será a responsabilidade. Nós temos que sair daqui com essa convicção. Não dá para sair daqui sem dizer quem vai pagar essa conta. Os Municípios não aguentam mais nem 0,0001%. E o Estado também não aguenta mais, isso é unanimidade.

O Deputado Gilmar Machado é candidato a Prefeito, como outros aqui. Os Municípios do País não aguentam mais nada. Agora, se o Governo está pensando, nos próximos dias, meses ou anos, em transferir recursos para o Município, um novo pacto federativo, tudo bem. Mas hoje só tem condição de assumir essa responsabilidade a União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar a minha preocupação ao apresentar o Destaque nº 79. Eu entendo todos os avanços e toda a discussão, construída por muitas mãos, mas com muita sabedoria pelo nosso Relator. Quando apresento a proposta de que fique a cargo da União 30%, e 35% para Estados e Municípios, eu gostaria de marcar uma posição, porque entendo que o País precisa avançar na distribuição correta de responsabilidades.

Em nome do Democratas, eu vou retirar a emenda, porque entendo que nós não estamos esgotando o assunto. A legislação vai para o Senado e provavelmente retornará a esta Casa. E confio na preocupação, na determinação do nosso Relator de que esse tema precisa ser tratado.

Os Municípios e Estados não conseguem pagar a conta sozinhos no grande desafio que está sendo colocado, nas diferentes metas extremamente avançadas que nós construímos juntos e estamos aprovando aqui.

O Democratas retira o Destaque nº 79.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputada Professora Dorinha. Essa retirada é um elemento a mais, mas não altera a situação. É um atendimento ao debate que se processa, em curso.

Deputado Paulo Rubem Santiago com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu gostaria de recuperar com os Deputados e as Deputadas desta Comissão o esforço que alguns de nós fizemos — e eu fiz um grande esforço nesse sentido — de a todo tempo discutir as metas de financiamento, a partir da capacidade fiscal e tributária, da evolução da arrecadação federal, inclusive das disparidades entre a capacidade de arrecadação e a participação da União, dos Estados e dos Municípios no financiamento da educação. Portanto, a preocupação dos Deputados quanto a quem paga a conta é corretíssima. Mas, por mais que fôssemos detalhistas e minuciosos, não encontraríamos, do ponto de vista da norma jurídica, até porque o Direito não é uma ciência exata, a modalidade adequada para compartilhar essa divisão.

Nós já temos uma garantia preliminar, a Emenda nº 53, pela qual constituímos o FUNDEB, que passará certamente por uma nova interpretação nas mãos da Promotoria da Educação, quando os Estados e os Municípios comunicarem à União,



com o acréscimo das metas do PNE, o impacto nos seus respectivos encargos. Hoje os Estados e os Municípios estão aferrados à norma da Emenda nº 53, que assegura, no mínimo, que a União complemente com 10% aqueles gastos que Estados e Municípios tenham como excedentes aos 20% que o FUNDEB lhes implica na conta FUNDEB.

Nós não encontrámos, de forma alguma, um detalhe no texto, para dizer: *“É dessa forma que se vai fazer a complementação.”* Essa é uma matéria de negociação política.

Vou dar um exemplo. Estamos assistindo à renegociação da dívida dos Estados para que possam investir em obras de infraestrutura para a Copa. Os Estados têm uma dívida com a União estimada em 300 bilhões de reais. Uma renegociação de 10% disso implica a destinação de pelo menos 30 bilhões, que poderiam ser um mecanismo de aporte, além das próprias arrecadações dos Estados e Municípios.

E vou dar outro exemplo, Sr. Presidente. Agora, no primeiro quadrimestre de 2012, o Tesouro Nacional tinha uma meta de superávit primário, prevista na LDO, para 29 bilhões, e praticou uma meta de 45 bilhões.

Portanto, nós não vamos ter condição, neste momento de aprovação do texto — e o texto do Relator é claro —, de definir qual é a modalidade de contrapartida. Pode ser renegociação da dívida, pode ser mudança da taxa de cálculo da dívida dos Estados com a União, pode ser a modificação da própria emenda FUNDEB. Nós vamos ter um leque aberto. Neste momento, nós não temos como definir isso.

Contudo, isso não quer dizer que estejamos aprovando uma meta irresponsável. Nós estamos definindo que vamos atingir os 10% do PIB, mediante uma graduação na metade do decênio. A União Federal, que tem a maior concentração da carga tributária, sobretudo por meio das contribuições, tem folga fiscal para isso. Nós já provamos isso aqui. Estou aberto, com a memória dos relatórios da arrecadação federal de 2008 a 2012.

Creio, Deputado Angelo Vanhoni, que, sem nenhum tipo de preocupação, nós poderemos aprovar o texto, a forma como está o texto de V.Exa. E vamos passar a um processo de negociação com os Estados e os Municípios, sobretudo com a pressão sobre o Tesouro Nacional. Por quê? Porque, caso se coloque no texto da lei



que a União vai ter que entrar com X, Y ou Z para complementar Estados e Municípios, veremos que já aprovamos isso na conta FUNDEB. Lembremo-nos de que a Lei Orçamentária no Brasil é autorizativa.

Vou concluir, Sr. Presidente, dando um exemplo de como já podemos incidir, em atenção a essa preocupação do Deputado Rogério Marinho, na LDO de 2013. Estou apresentando uma emenda à LDO de 2013 que retira, do cálculo do superávit primário, os investimentos da União Federal em educação, como o Governo retira os investimentos com o PAC e os gastos com o Bolsa Família.

De antemão, quero pedir aos Deputados e às Deputadas da Comissão Mista de Orçamento o apoio a essa nossa emenda. Nós vamos retirar, do cálculo da meta do superávit primário, aqueles investimentos que a União tenha que fazer já para garantir as metas de financiamento do Plano Nacional de Educação. Já estamos operando na direção da LDO 2013, para garantir um aporte maior.

Assim, mesmo que queiramos detalhar neste momento qual é a modalidade que vai assegurar maior ou menor participação da União junto aos gastos que vão crescer, de Estados e Municípios, nós não vamos encontrá-la, porque são múltiplas as possibilidades: renegociação da dívida, aumento da cota dos Fundos de Participação. A pressão, nós já estamos definindo-a: a meta é 10%.

E se a União mantiver o seu percentual, eu já calculei isso aqui: passamos de 8%, proposta inicial do Relator, para 10%; em dez anos, 2%; por ano, 0,2%. A União entra com 20% dos atuais 5%, dá 0,04%. O percentual de 0,04% do PIB, estimado em 4 trilhões e 500 bilhões, dá 1 bilhão e 800 milhões. A União fez um superávit, acima da meta, de 16 bilhões. Só no primeiro quadrimestre deste ano, a União já fez um superávit de 16 bilhões acima da meta, o que dá quase 10 vezes o aporte anual que a União teria que botar para passar de 8% para 10%.

Portanto, não dá para precisar isso no texto. Nós vamos encontrar aqui chifre em cabeça de cavalo. Não vamos saber definir isso no texto, até porque o texto vai remeter a uma discussão e a uma disputa dentro do Orçamento — teremos que decidir com aquela comissão criada na Comissão de Educação para investigação do financiamento da educação, presidida pelo Deputado Artur Bruno, da qual fui indicado para ser o Relator.

Defendo a aprovação do texto do Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em processo de votação.
Feito o acordo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não tem acordo?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem acordo, e eu vou pedir verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos colocar em votação.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, quero apelar ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não, não tem apelação. Eu peço a V.Exa. que não guarde o tempo...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu quero apelar. V.Exa. não pode tirar o meu direito de apelar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu ouvi os argumentos do Deputado Paulo Rubem Santiago durante 15 minutos, e exatamente pelos argumentos dele é que eu sou contrário.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - V.Exa. não ouve.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu usaria todos os argumentos dele para dizer que não dá para ficar na generalidade.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não é ficar na generalidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É preciso ter uma proposta. É uma generalidade.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Nós vamos ter lei que regulamenta...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, nós vamos ter que discutir e chegar a um acordo.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - ... nós vamos ter um processo de regulamentação que passará por aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós ficamos 10 anos discutindo os 10% do PIB.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Passará por aqui.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós passamos anos discutindo 7%, 8%, 9%, 10% do PIB.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Isso levará a uma dificuldade em relação ao acordo firmado preliminarmente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero encaminhar pelo PSOL. Peço que se coloque a matéria em votação.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Inclusive, isso é uma forma de tratar os estudantes e o setor educacional com infidelidade, porque presenciaram um processo que será neutralizado, anulado por uma intransigência. Eu apelo, Deputado Ivan Valente, para que possamos tratar disso *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. foi valente este ano todo, tem o meu respeito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, deixe-me apenas apresentar uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - ... e influiu de maneira decisiva para que muitas conquistas fossem adotadas, junto com os outros Deputados. Nós queremos que isso produza um acordo final à altura do esforço que fizemos. Em meu nome, como Presidente, peço a V.Exa. que considere e transija — não é uma transigência ideológica — do ponto de vista do encaminhamento, na busca de um outro ponto de procedimento desse tema, que é relevante e importante para que concluamos este trabalho no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma questão política, isto aqui é uma questão política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sem dúvida, por isso é que estou pedindo a V.Exa. que faça...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não quero sair desta Comissão com a posição de “oba-oba”. Não quero ter 10% do PIB sem dizer de onde o dinheiro vai sair.

V.Exa. ouviu, Deputado Paulo Rubem? Quero dizer a V.Exa., com todo o respeito, que toda a argumentação que V.Exa. fez chama a discussão da responsabilidade dos entes federados. Não há este debate: “Vai ser na Comissão do Orçamento, vai ser não sei onde. Nós temos que chegar a uma conclusão,



pressionar lá." Não! Nós estamos com a faca e o queijo na mão, para dizer aqui: "Vamos estabelecer um índice provisório. A discussão vai para o Senado, e no Senado da República se estabelece qual é a responsabilidade da União." Eu acho que nós não deveríamos sair daqui sem esse debate complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em votação.

Eu vou fazer votação bem direta.

Aqueles que forem favoráveis... (Pausa.)

Podemos encaminhar direto à votação nominal?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos à votação nominal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só que vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo *quorum*, aqueles que forem favoráveis ao destaque do Deputado Izalci votem "sim"... Deixe-me fazer o contrário, Deputado Izalci, se V.Exa. me permite. Já que estamos construindo um acordo, vou deixar que a afirmação seja do acordo.

Aqueles que defenderem a permanência do texto do Relator votem "sim", aqueles que defenderem o destaque do Deputado Izalci votem "não".

Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Voto no meu texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Deputado Biffi não se encontra.

Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Pelo acordo, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) – O Deputado Newton Lima não está presente.

Deputado Lelo Coimbra: "sim".

O Deputado Raul Henry não está presente.

O Deputado Renan Filho não está presente.

Deputada Teresa Surita. (Pausa.) "Sim".

Deputado Eduardo Barbosa. (Pausa.) "Sim".

Deputado Nelson Marchezan Junior. (Pausa.) "Sim".

Deputado Rogério Marinho. (Pausa.) "Sim".



O Deputado José Linhares não está presente.

Deputado Waldir Maranhão. (Pausa.)

Deputado Efraim Filho. (Pausa.)

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. (Pausa.) “Sim”.

Deputado Izalci. (Pausa.) “Não”, com todo o nosso respeito.

Deputado Paulo Freire. (Pausa.)

Deputado Ariosto Holanda. (Pausa.)

Deputado Alessandro Molon. (Pausa.)

Deputado Artur Bruno. (Pausa.)

Deputado Gilmar Machado. (Pausa.)

Deputado Pedro Uczai. (Pausa.)

Vou chamar somente os que estão presentes.

Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - “Não”.

Deputado Paulo Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como diz o matuto, Sr. Presidente: “E pois?”

Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Antônio Roberto. (Pausa.)

Deputado Alex Canziani. (Pausa.)

Deputado Hugo Leal. (Pausa.)

Deputada Alice Portugal. (Pausa.) É a primeira vez que o “A” é o último!

O Deputado Professor Setimo não se encontra.

Deputado Marcos Rogério. (Pausa.)

Deputado Stepan Nercessian. (Pausa.)

Deputado Paes Landim. (Pausa.)

Deputado André Moura. (Pausa.)

Deputado Chico Lopes. (Pausa.)

Deputado Weliton Prado. (Pausa.)



Aprovado o texto do Relator, na sua origem 20.9, com os votos contrários do Deputado Izalci, pela natureza da origem, e do Deputado Ivan Valente, pela postura inarredável a um acordo que pudesse concluir os nossos trabalhos no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se foi alcançado o *quorum* na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O *quorum* da reunião: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, conforme o *quorum* regimental.

Com essa votação, fica prejudicado o Destaque nº 40.

Passamos ao último destaque, o Destaque nº 37, da bancada do PSDB, que adiciona nova estratégia à Meta 20, do Anexo ao Substitutivo, com a seguinte redação:

"Aprovar, no prazo de um ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando o padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais."

Essa é a estratégia adicional à Meta 20.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, autor do destaque, por até 5 minutos não obrigatórios.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Falarei muito rapidamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando ao final da votação do plano. Certamente, como todo projeto tem suas contradições, fizemos o acordo, apesar de acharmos importante sinalizar no sentido de responsabilizar os entes federados em relação a quem paga essa conta.

Portanto, quero prestar minhas homenagens ao Deputado Izalci, à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, ao Deputado Ivan Valente e ao próprio Deputado Paulo Rubem Santiago, os quais debateram conosco, durante um bom tempo, a respeito do assunto. E homenageio o próprio Relator, que tem sensibilidade a respeito da matéria, apesar de levantar os preceitos constitucionais que reconhecemos.

Em relação à emenda em si, nossa preocupação é que haverá acréscimo de recurso. Considerando o PIB, se estimarmos em 4 trilhões, como um total mais



fácil de verificar, 1% de acréscimo equivaleria a 40 bilhões de reais a mais dentro do sistema. Achamos necessário que o sistema esteja preparado e responsabilizado, quando da alocação desses novos recursos, para que seus gestores tenham responsabilidade e fiscalização maior, e também para que haja transparência na aplicação dos respectivos recursos. Essa, a nossa preocupação.

Entendemos, inclusive, que a Casa já tem aberta uma Comissão, que está funcionando para produzir uma lei ordinária em relação à Lei de Responsabilidade Educacional. Mas, como eu disse ao nosso amigo Relator, o que abunda não prejudica. Estamos sinalizando fortemente nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, falarei muito rapidamente.

Já falei ao Deputado Rogério Marinho que não tínhamos qualquer óbice do ponto de vista do conceito da ideia desse destaque. Contudo, como há uma Comissão Especial — da qual o Deputado Waldenor é o Presidente e, se não me engano, o Deputado Raul Henry é o Relator — que está tratando da responsabilidade educacional e como há algumas iniciativas parlamentares nesse sentido, achamos que estaríamos invadindo uma tramitação que já se procede no Parlamento em relação à Lei de Responsabilidade Educacional. Nesse sentido, não tínhamos um óbice em relação ao mérito, mas sim do ponto de vista formal. Portanto, nada temos a obstar a esse acordo. Podemos aprovar o destaque do Deputado Rogério Marinho, da bancada do PSDB. O destaque é bem-vindo, porque, no mérito, temos toda a concordância com a proposta do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Antes de proceder à votação final, quero fazer o importante registro de agradecimento, da parte de todos nós, ao primeiro Presidente da Comissão, Deputado Gastão Vieira. S.Exa. está dando um *show de bola* no Ministério do Turismo, por seus procedimentos. Na fase pós-crise, S.Exa. fez do limão uma limonada, realizando de maneira digna seu trabalho.

Quero agradecer a todos os que nos acompanharam: membros da sociedade civil; pessoas que vieram, de uma forma ou de outra, acompanhar os trabalhos; toda a sociedade organizada, que não faltou em momento algum e foi protagonista



permanente dos nossos resultados finais; assessores e parceiros da retroárea desta Comissão.

Vou dispensar a orientação de bancada, porque considero que o acordo a dispensa.

Peço a todos que, de pé, com um movimento físico, manifestem a aprovação desse destaque, aclamando-o. (*Palmas.*)

Antes de encerrar a reunião, Sras. e Srs. Deputados, consulto V.Exas. se posso dar como aprovada a ata da presente reunião, tendo em vista que a reunião foi inteiramente gravada.

(*Apoiado! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Declaro aprovada a ata.

Um abraço a todos!

Muito obrigado por essa jornada de 1 ano e 3 meses.